

O time de Opinião está na página 4



Fernando Henrique



Alex Polari



Jacob Bittar



João Paulo

EM TEMPO:

SEMANÁRIO NACIONAL - ANO II - N.º 72 - Cr\$ 15,00 - DE 12 A 18 DE JULHO DE 1979

Atentado com 10 litros de ácido contra o EM TEMPO.
A mão estendida e o braço clandestino da repressão:

OS TERRORISTAS DESAFIAM FIGUEIREDO

HUGO BLANCO
Em Porto Alegre, dia 12. Em São Paulo, dia 13, sexta, às 14 hs., no Sindicato dos Jornalistas. Debate: "Constituinte, liberdades democráticas e socialismo".
Promoção: EM TEMPO e Setor Jovem do MDB de Porto Alegre.



Diante do atentado contra a sucursal de Belo Horizonte do EM TEMPO, o terceiro em menos de um ano, o general Figueiredo se pronunciou, por meio do ministro da Comunicação Social, Sahid Farhat, condenando "toda ação desse tipo, venha de onde vier". É a primeira vez, desde que a ditadura foi implantada em 1964, que um general-presidente vem a público para reagir contra um atentado terrorista que atinge a esquerda. O que isso significa? O que está acontecendo entre a "mão estendida" - que não é outra senão a do ex-chefe do SNI, hoje no trono - e o braço clandestino da repressão?

Nós não nos iludimos. A "mão estendida" e o "braço clandestino" fazem parte do mesmo corpo. O que não quer dizer que não possam se movimentar em ritmos diversos. Ou enfrentar contradições interessantes. Como agora.

Veja na página 5 a história do atentado terrorista, nossa opinião e exigências, e as manifestações de solidariedade que recebemos.

Nas páginas 6 e 7, o Encontro Nacional dos Movimentos pela Anistia, Ampla, Geral e Irrestrita, realizado no último fim de semana em São Paulo; as posições dos presos políticos do Rio de Janeiro e dos professores gaúchos sobre o projeto de anistia do governo; a denúncia de um pai angustiado pelo "desaparecimento" do seu filho; a violência policial no Rio, inclusive o caso Aézio; e a luta pela anistia trabalhista, que vem sendo incentivada pelos bancários.

Aqui, eis a nota oficial da Presidência da República:

..... "A propósito de atos de vandalismo, praticados contra a sucursal do periódico EM TEMPO, em Belo Horizonte o presidente João Figueiredo condenou hoje "toda ação desse tipo, venha de onde vier". O presidente acrescentou o seguinte: "A violência não pode ser considerada argumento válido, instrumento de ação política, ou mesmo forma de repressão. Esta, quando necessária, deve processar-se com restrito respeito à lei".

Light

QUEBRA-PAU NA ASSEMBLÉIA

Magri, o presidente do sindicato, num acesso de peleguismo raivoso, conseguiu o que queria: fazer passar a proposta patronal na assembléia dos eletricitários. Falando praticamente sozinho, Magri usou e abusou de mentiras, delações e força bruta.



Jesus Carlos

Página 9

Debate:

Etienne Balibar, que escreveu com Althusser "Para Ler o Capital", discute a questão do partido revolucionário em Marx e Lênin. Na Página 10

E mais:

★ Gama Filho

Crise na Universidade.
Opressão. Corrupção.
Violência.
Até o CCC está de volta.

(Página 7)

★ Código do Trabalho

Luiz Werneck Viana dá entrevista e diz que é contra.

(Página 12)

★ Nicarágua

Que semelhança terá depois de Somoza: com Cuba ou com a Bolívia?

(Página 11)

Crise energética

A reunião da Comissão Nacional de Energia no último dia 11 em Brasília foi uma decepção, exceto, talvez, para aqueles que dela participaram. Nada mais do que metas genéricas e desprovidas da especificação dos meios para atingi-las. Mas o documento secreto de Simonsen que vazou no começo da semana traçando uma política para fazer face à crise pode ser a orientação pela qual realmente o governo estará se pautando nos próximos passos. Na página 8, os resultados da reunião e uma análise dos impasses que o desenvolvimento da crise econômica vem impondo à "abertura de Figueiredo".

Próxima edição:

A entrevista exclusiva do psiquiatra italiano Franco Basaglia, comentando, entre outras coisas, o comportamento do preso diante dos seus torturadores. E o depoimento de um preso político, com 17 anos na época da prisão, contando sua experiência.

GERAIS

Quem entra?

É preciso dar uma definição sobre a reformulação partidária, se vai ter ou não, para acabar um pouco as fococas. Vejam só: um dia dizem que o Tancredo vai entrar no partido do Magalhães, outro dia dizem que o Magalhães vai entrar no partido do Tancredo e assim vai. E a gente que pensava que troca-troca era coisa de crianças, hem?

(RVN)

A "cegueira" da Justiça

A romena Sanda Maria Bratosin tem uma filha brasileira, e por isso não podia - por lei - ser deportada do Brasil. Mas, fol. No dia 19 de fevereiro deste ano, não adiantou nem liminar do Supremo Tribunal Federal. O arbitrário ministro Armando Falcão expulsou mesmo Sanda do país (ex-

ministro não vai para a cadeia não?).

Sanda está tentando voltar, agora. Se ela se chamasse Franz Wagner e tivesse sido responsável pela morte de 250 mil pessoas, não precisaria se preocupar. Não precisaria nem ter filho brasileiro nem nada. Teria, isso sim a proteção da lei.

(RVN)

Lula:

"Eu fico muito satisfeito quando um empresário me chama de filho da puta... Isso é sinal de que a gente está fazendo alguma coisa pelos trabalhadores".

(Entrevista à revista "Play-boy" n.º 48)

O hinicão mineiro



Murilo Badaró, apesar de ser arenista, já foi visto como político razoável. Não bom, que isso a Arena não permite (e ele também não devia querer, porque estava na Arena). Os mais ingênuos chegaram a se iludir com ele, "um político de futuro" - diziam.

Mas, Murilo Badaró se engraçou de ser governador indireto de Minas e fez tudo que um candidato a governador indireto faz, rodeando o poder. Francelino teve mais força e teve também as sinopses, acabou garfando o governo do Estado.

Para o Murilo Badaró não ficar muito triste, dearam um agradecimento pra ele: o cargo de senador

biônico por Minas. Foi sua desmoralização. Ninguém mais acredita num cara relativamente novo que se sujeita a ser um Inicitatus a mais em Brasília.

Agora, Murilo Badaró está ansioso pela reformulação partidária, esperando talvez que sua safadeza seja esquecida. Para ele, a extinção dos partidos atuais é questão de vida ou morte política. Mas, não adianta. Na Arena ou fora dela, Murilo Badaró será sempre lembrado como o biônico de Minas, e só enganará quem estiver muito a fim de ser enganado, porque uma vez biônico, sempre biônico (desculpe, Flamengo).

(RVN)

Pagando o pato dos ditadores

Aqui entre nós, o Maluf não deve ter causado nenhuma surpresa em sua visita ao Paraguai, com sua comitiva monstruosa e mordômica. Para infelicidade do povo paraguaio, essas coisas devem ser comuns por lá, a julgar pelas notícias que temos do ditador Stroessner (será que a pronúncia do nome dele é estrôina?).

Não sabemos se o ditador é malufiano ou vice-versa, mas sabemos que numa visita a Santa Catarina, dia 15 de março em que levou 28 acompanhantes, o chefe (vai ser chefe assim na PQP) do governo paraguaio delatou e rolou, deixando para o governo do Estado uma dívida enorme de que o Tribunal de Contas do Estado não está engolindo.

Consta que só numa pescaria, em que foram fígados seis neixes, gastou-se Cr\$ 482.749,90, a metade da verba prevista para todo o ano, para viagens técnico-científicas. Depois da pescaria, o ditador ainda posou de atleta. No Hotel Holiday Center, em Florianópolis, a comitiva para-

guala consumiu, em 3 dias, 1.160 garrafas de bebidas (vinho alemão a Cr\$ 600 a garrafa, uísque e vodca importados a Cr\$ 1.200 e Cr\$ 750, respectivamente, e o restante em refrigerantes e água mineral). Em média, cada garrafa durou 5 minutos para ser esvaziada. Até os garçons disseram nunca ter visto uma festa daquelas.

Passada a gandaia toda, promovida pelo governador biônico dos catarinenses, Antônio Carlos Konder Reis, a conta foi empurrada para o povo (através do Estado) e é isso que está dando bode até hoje.

No fim vai ficar tudo por isso mesmo, mas podemos saber desde já, que os cofres públicos paraguaios não ficarão sem vingança: o exército humo-mordômico de São Paulo chefiado pelo Atila-Maluf vai deixar a economia do Paraguai pior do que depois da guerra com a Triplice-Aliança.

O duro nisso tudo é quem entra bem, para variar são os povos paraguaio e brasileiro. (RVN)



Já não se fazem Chagas como antigamente

Ninguém é perfeito mesmo. Vejam só o Carlos Chagas, cientista brasileiro que descobriu a doença que levou seu nome: se fosse vivo teria um sério motivo para desgosto, pois seu sobrinho, uma chaga para os cariocas, é nada mais nada menos que o fatídico Chagas Freitas.

Tanto que, para comemorar o centésimo aniversário de nascimento do cientista, o governador biônico do Rio foi convidado para ir a Minas. Só que na chegada, não tinha ninguém esperando por ele no aeroporto de Belo Horizonte. Foi de táxi para a Assembléia e ainda acabou sendo saudado por um deputado como "governador da Guanabara" (o que seria uma sorte para o resto do estado do Rio se fosse verdade).

Tem gente achando que isso foi muito bom. Mas o justo mesmo seria nem ter chamado o Chagas. Afinal ele é parente do cientista mas tem uma atuação completamente diferente. Carlos Chagas foi um cara que merecia muito respeito. (RVN)



Casa das Américas

O Teatro União e Olho Vivo tem o prazer de convidá-lo para participar do lançamento do Regulamento do Prêmio Casa das Américas - setor Brasil - de 1980, a realizar-se no próximo dia 16, segunda-feira, às 15:00 horas, na sede do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo, à Rua Rego Freitas, n.º 530.

O Prêmio Casa das Américas é, sem dúvida, um dos mais importantes acontecimentos culturais de toda a América e sua extensão ao Brasil, com textos concorrentes em língua portuguesa e júri composto por brasileiros, colaborará para um maior e real entrelaçamento entre os povos do nosso continente.

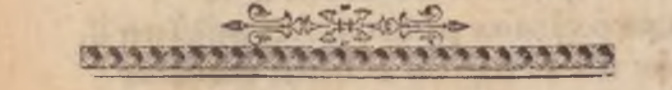
Esquadrão da morte

Estreou dia 28 de junho, no TBC, em São Paulo, a peça "Oração Para Um Pé de Chinelo", de Plínio Marcos. O texto foi escrito em 68/69, mas nunca foi montado, tendo sido liberado apenas recentemente.

"Oração Para Um Pé de Chinelo" é uma reportagem sobre um homem que estava na mira do Esquadrão da Morte. Bereco (vivido por Maurício Nabuco), escalado para morrer, vem a público se explicar, confessar seu medo e entregar seu caso nas mãos da sociedade. O endereço do TBC é Rua Major Diogo, 315.

Oficina

Só mais 17 dias. O Teatro Oficina de São Paulo está apresentando a peça "Ensaio Geral do Carnaval do Povo" e "O Parto", filme sobre a revolução portuguesa. É política, arte, espetáculo, festa. Quem não for ver vai perder uma das melhores coisas que está por aí. Não aceitamos auto-crítica.



EDITORIA APARTE S/A.

CONSELHO EDITORIAL E ADMINISTRATIVO: Aluisio Marques, Antônio Hélder, Antônio Jorge, F. Pereira, Flávio Andrade, Flávio Aguiar, João Batista dos Mares Guia, José Luiz Nadai, Raul Anglada Pont, Robinson Ayres, Sérgio de Carvalho Alli, Tom Duarte, Marco Aurélio Garcia, Marcelo Beraba, Paulo Cavalcanti, Carlos Tibúrcio, Eder Sader (Conselheiro-Presidente).

Suplentes: Sandra Starling, Luci Ayala, Valmir Menezes, Marisa Araújo, Paulo Rodrigues.

DIRETORES: Flávio Andrade (Diretor-Presidente), José Luiz Nadai, Tom Duarte, Carlos Tibúrcio, Marco Aurélio Garcia.

JORNAL EM TEMPO:

Diretor-Responsável: Robinson Ayres
Secretário de Redação: Robinson Ayres
Editor Geral: Carlos Tibúrcio

EDITORIAIS: Nacional: F. Pereira Tibério Canuto, Antônio Espinosa, Jorge Baptista, Antonina Silveira, Carlos Savério Antonio de Pádua Prado Jr., Fábio Munhoz, Fátima Barbosa, Flávio Andrade, Maria Moraes, Paulo Sérgio, Sérgio Alli, Elvira Oliveira, Jesus Varela, Wilson Prudente, Maria Cândida, Reilton Fracalossi, Sebastião Santos Jr., Terezinha V. Ferreira, Internacional:

Tudo na mesma

O futuro prefeito de São Paulo, Reynaldo de Barros, já deu uma idéia do que podem esperar os paulistas: "eu daria ao Metrô um ritmo de construção mais lento". Se para construir uma linha gastarem umas três ou quatro administrações, diminuindo o ritmo, como quer o futuro prefeito. São Paulo nunca vai ter o Metrô que precisa: quando terminar o que já está planejado, a cidade já estará precisando de outro tipo de transporte.

Na questão das favelas, Reynaldo de Barros disse: "não adianta pressionar 500 mil favelados revoltados: é aí que a esquerda leva uma vantagem". Tal a visão oficial: quando pensam no problema das favelas, a única opção que pode ou não ser aplicada é pressionar os favelados. Resolver o problema dos favelados, isso eles não querem. São de lembrar a velha história do Lacerda, no Rio, quando resolveu acabar com a mendicância: o jeito encontrado foi jogar os mendigos no rio Guandu. O futuro prefeito não será tão radical, mas pelo que falou não fará também nada em sentido contrário. Tudo a mesma lenda. (RVN)

GERAIS



Dona Ivete Vargas, a passadista

A ex-deputada Ivete Vargas, que, devido ao seu sobrenome se julga herdeira da sigla PTB, inventada e explorada pelo seu tio-avô Getúlio Vargas (a sigla, estamos falando da sigla), já está ditando regras para o seu PTB patronal (agora estamos falando da Ivete mesmo).

Ivete Vargas diz que o partido que ela está inventando deverá adotar a ética cristã, o que nos faz pensar que até que enfim a ex-deputada libertou-se do Golbery: o seu partido deverá ser contrário a ex-

ploração e à enganagem do povo? Não, não é nada disso. Ivete Vargas é cristã à moda de outros tempos: ela não quer nada com o trabalhador, a não ser seu voto. Entre outras coisas, ela abomina a socialização dos meios de produção. Ivete está nadando contra a correnteza, ninguém mais entra em sua enganagem, vai acabar falando sozinho (se é que já não está). Um PTB pode ser ruim, mas se tiver a Ivete dentro é bem pior. Vai ser cristã assim lá no inferno. (RVN)

A tradicional polícia mineira

Tão vendo, mineiros? Gosaram muito do Francellino e ele ficou com raiva. Agora ele vinga dando pau em todo mundo. Primeiro foram os professores que entraram no cacetete da polícia francelina e depois foram as garis. As mulheres que trabalham na limpeza pública que entraram em greve por melhores salários foram postas para correr à base de bombas e cassetetes, pela polícia francelina. Algumas sai-

ram feridas, eram velhas e não aguentaram correr. Não se irriem. Vocês têm ainda quase quatro anos para se deliciarem com o Francellino, colocado aí contra a vontade do povo, mas com o consentimento dos safados da Arena, que se dizem representantes do povo. E se vocês derrubarem o sinocrata, há um vice-francellino à altura para continuar fazendo as mesmas coisas. Vocês estão felizes, hem? (RVN)



Indigestão arenista

Ao contrário da maioria da população brasileira que anda sem dinheiro para fazer as refeições normais, o senador José Sarney, presidente da Arena, deu-se ao luxo de jantar duas vezes num mesmo dia. Ele estava em Rio Largo, Alagoas, fazendo a campanha da Arena nas eleições para prefeito (o município estava sob intervenção) e, para fazer média, jantou

na casa de um dos candidatos arenistas, saiu e jantou novamente na casa do outro. O homem tem um apetite que não é mole, hem? É um apetite que só senador pode ter, porque quem ganha um salário médio tá, rebolando para jantar uma vez por dia. Boa indigestão. Sarney. Você merece. (RVN)

A Fundação Getúlio Vargas desta vez dança

Crise na Fundação Getúlio Vargas. O professor Aluizio Belisário, coordenador do curso de graduação da Escola de Administração (EBAP), no Rio, foi demitido no dia 2, poucas horas depois de ter inscrito uma chapa, por ele encabeçada, para concorrer às eleições da Associação dos Servidores da FGV. Segundo o superintendente da Fundação que o demitiu, "seus princípios não se coadunavam com os princípios da entidade, que são princípios liberais e democráticos". Além disso, ele teria se envolvido, contrariando as espectati-

vas do superintendente, na greve dos professores do Rio.

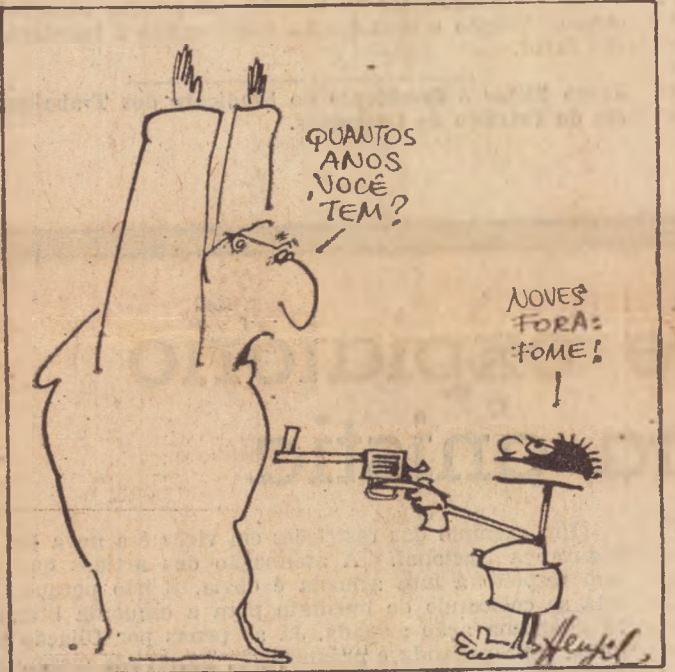
Na verdade, a Associação, que congrega 2300 funcionários no Rio (1800) em São Paulo (500), está nas mãos, desde que foi fundada, da própria direção da Fundação. Pela primeira vez surge uma chapa de oposição, que salta realmente do conjunto dos funcionários. Inconformados com a demissão de Aluizio e a anulação da inscrição da chapa, os funcionários reescreveram uma nova chapa e deverão ganhar as eleições que se realizam dia 31. (M. Beraba)

Passaporte para a cadeia

As máscaras estão caindo. Agora foi a vez do Itamarati. Há muito que essa instituição encarregada, entre outras coisas, de defender os interesses dos brasileiros que estão no exterior, vem-se negando a dar passaporte aos brasileiros exilados (coisa que nem o governo do Pinochet faz). Mas, oficialmente o Ministério das Relações Exteriores negava tudo isso.

Agora, aproveitando a onda de abertura, o ex (ex?) — banido Fernando Paulo Gabeira foi lá na

embaixada brasileira em Estocolmo (Suécia) pedir o seu passaporte. Porém, o que quiseram lhe dar foi apenas um título de nacionalidade válido por três meses, para que ele pudesse vir para o Brasil responder alguns processos pela Lei de Segurança Nacional. E o porta-voz do Itamarati, Bernardo Pericás, confirmou que era isso mesmo, que Gabeira não tem direito a passaporte. Gabeira vai ter que esperar uma abertura de verdade. (MS)



O Maluf está solto

O secretário da Agricultura do Estado de São Paulo, Geraldo Diniz Junqueira, teve que renunciar, não aguentou as ingerências políticas do staff do Maluf em sua administração. Essas ingerências consistiam basicamente em forçar a nomeação de apadrinhados incompetentes (o que não é nenhuma novidade hoje em São Paulo) nos cargos ainda não preenchidos. Diniz não quis afundar junto com o bar-

co furado que é o governo do Maluf e pulou fora antes, mostrando — no mínimo — que não é trouxa.

Para não ficar mal pro governo, o secretário Blota Júnior soltou uma onda de que a renúncia teria sido motivada por motivos particulares, no que foi desmentido por Diniz. Inglório fim de carreira para o Blota Júnior, esse de ter que ficar inventando mentiras em defesa da turma do Maluf. (RVN)

Ministro da Marinha defende a ditadura

Segundo os jornais diários, o ministro da Marinha disse, e depois desmentiu, que para enfrentar as atuais dificuldades na área econômica, o ideal é um regime forte. Se levarmos a sério a palavra do ministro, teremos em breve a ditadura mais violenta do mundo, de deixar o Pinochet e o Somoza no chinelo, pois com a "equipe" que está administrando o país — se ela durar

muito — só vamos ter pela frente dificuldades econômicas. E não fomos nós os responsáveis.

Há quinze anos eles vêm utilizando um regime forte para levar o país pro brejo sem contestação e agora querem um regime forte para continuar a mesma. Fazem o que dá na idéia deles e nós arcamos com as consequências. Passe pelo menos uma vaselina, ministro. (MS)

Estamos só olhando

Este ano de 1979 ainda promete muito. Entre os acontecimentos que têm feito a platéia vibrar, incluí-se a desavença entre a Polícia Militar de São Paulo e o deputado Erasmo Dias. Acontece que o deputado especialista em repressão, ao defender a unificação de todas as polícias brasileiras, usou expressões como "meros bonecos" ao falar da PM de São Paulo. O comandante da PM não gostou e soltou o verbo em cima do Eras-

mo. O comandante da PM paulista, Coronel Arnaldo Braga, (o mesmo que comandou a paulista na manifestação do curso de vida no ano passado) não gostou das declarações do Erasmo e soltou o verbo. Que briguem entre eles, e pelo máximo de tempo possível. Ele que entendeu de repressão, que reprimam-se mutuamente, caceteiem-se, hombeiem-se. Sintam o gosto do remédio que dão pros outros. (MS)



As omissões da OLP

A entrevista com Farid Sawm, porta-voz da OLP, (EM TEMPO no 71 — página 16) tocou a nosso ver em alguns dos pontos importantes da questão do Oriente Médio, mas omitiu alguns outros, que passamos a relacionar.

A colocação de que Israel é uma criação do imperialismo inglês é certa, mas omite por outro lado que grande parte das lideranças árabes atuais, bem como dos países existentes, foram profundamente marcadas pelo imperialismo britânico. Se por um lado a Declaração Balfour (Secretário dos Assuntos Estrangeiros no gabinete inglês, em 1917) demonstrava uma posição favorável à criação de um "lar nacional judaico" na Palestina, por outro, existem os contatos da Grã-Bretanha com líderes árabes na região, visando reforçar o imperialismo inglês no Oriente Médio.

Por isso, antes de ter uma política claramente definida a favorável à criação do Estado judeu na Palestina, e que a Inglaterra teve foi uma política ambígua, fazendo promessas incompatíveis para um lado e para o outro, contribuindo para agravar o conflito.

Quanto à criação do Estado de Israel pelas Nações Unidas, em 1947, foi omitido o apoio decisivo do Bloco soviético, fundamental para que fosse conseguida a maioria de 2/3, necessária para a aprovação da proposta. Ocorreu o apoio conjunto da URSS e dos EUA, assim descrito por Isaac Deutscher: "juntos agiram como parceiros do nascimento de Israel. Quaisquer que fossem os cálculos de Stálin, é a ele que, paradoxalmente, Israel deve a sua existência como Estado independente. E foi da Tchecoslováquia estalinista, dos arsenais tchecos, que saiu o armamento para a Haganah (exército de Israel, liderado por Ben Gurion)".

E finalmente, a negação da existência de luta de classe dentro do povo palestino. Ora, é sabido que existem proprietários agrícolas palestinos em Israel que exploram a mão-de-obra dos felás (camponeses árabes).

A nosso ver, a paz no Oriente Médio não se insere somente no contexto da questão nacional palestina, pois o que existe hoje são dois povos que reivindicam o mesmo território. Assim, qualquer solução nacional para o conflito do Oriente Médio parece limitada. Israel hoje está em posição dominante, enquanto os palestinos são em grande parte refugiados, e os maiores atingidos pelo conflito do Oriente Médio, mas a paz no Oriente Médio se coloca através da superação da questão nacional (isto é através do socialismo), por ambos os lados, no momento em que os dois povos descobrirem que lutam pelo mesmo ideal, e que seu futuro se coloca na mesma perspectiva, pois afinal o radicalismo nacionalista tanto dos palestinos como dos israelenses são fruto das contradições do próprio imperialismo.

(Leo Avritzer e Suzie Levy)

Mais Azedo que parece

"Sérgio Allí critica (na matéria "Um amargo ruemorial para o "esquecimento" do Azedo", publicada na página 2 do Em Tempo no 69) um texto de Luiz Azedo, integrante da antiga diretoria do DCE da Universidade Federal Fluminense, publicado no Pasquim, onde o líder estudantil do Rio de Janeiro faz uma avaliação do Congresso de Reconstrução da UNE. Ao invés de criticar as avaliações e as análises de Azedo, Allí procura a todo custo identificar Azedo como sendo de uma dada tendência do ME.

Porém, o que estranha é o fato do próprio Azedo dizer que não pertence a nenhuma tendência organizada ao nível do Movimento Estudantil. Mas Allí insiste na "acusação" e chega inclusive a dizer pela boca do Azedo quais as posições que ele, Azedo, assume. E o pior é que para tentar essa identificação policesca, Allí afirma mentiras. Diz, por exemplo, que Azedo levou uma proposta para o Congresso da UNE (tirar a diretoria no próprio Congresso) que não foi discutida amplamente com os estudantes. Ora, como não foi discutida com o conjunto dos estudantes se as pessoas que tinham propostas foram eleitos delegados em cima de discussões nas escolas? Ou então nenhuma proposta foi discutida, e daí o Congresso não foi representativo e daí é um passo para Estadação. Veja, isto é... Mais adiante, Allí afirma que Azedo é contra a Anistia Ampla, Geral e Irrestrita. Será que ele chegou a ler a carta programa que concorreu ao DCE-UFF ou mesmo as intervenções de Azedo no Congresso? Parece que não.

Pessoalmente, fui contra se eleger uma diretoria neste Congresso e sou a favor da CPI pelos Direitos Humanos. Entretanto, daí a assumir a atitude policesca de querer identificar pessoas com posições políticas e grupos "na marra", é no mínimo desconhecido que estamos ainda debaixo de uma ditadura fascista, que os órgãos de repressão estão aí, que a LSN não foi abolida: ou então é acreditar na abertura do Figueiredo, ou então... bom deixa prá lá. O Sérgio Allí, vé se deixa prá lá dessas atitudes policescas e procure travar um debate político-ideológico mais sério e menos baixo nível. Reconheça que o inimigo principal é a própria ditadura e que a unidade das forças de oposição é fundamental para a sua derrubada.

Silvio Junior.

Caro Silvio Júnior, a matéria em questão em nenhum momento teve a intenção de "acusar" Luiz Carlos Azedo de fazer parte desta ou daquela tendência do movimento estudantil. Inclusive é o próprio Azedo que em sua matéria do Pasquim relaciona, segundo o seu ponto de vista, todas as tendências do M.E.

O que a matéria questiona é o fato de Azedo, omitindo até mesmo sua condição de estudante, posar de analista imparcial ao pretender fazer "o balanço definitivo do Congresso da UNE". Nesse balanço Azedo defende claramente a exclusão da próxima diretoria da UNE das tendências que ele qualifica de "esquerdistas". Acontece que o Azedo se esqueceu que foi muito mais pela posição dessas tendências que a UNE está hoje reconstruída, pois no IV Encontro Nacional dos Estudantes ele foi radicalmente contra a recriação da UNE em Maio passado.

Azedo mudou muito, pois defendeu na Bahia que de lá saísse uma diretoria definitiva da UNE, mesmo sabendo que os delegados não tinham discutido nas escolas o programa e as pessoas que deveriam compor essa diretoria. Isso não tira a representatividade do Congresso. Tirar a representatividade de posições oportunistas que queriam formar uma diretoria definitiva em cima dos tão combatidos conclavos de cúpula. Finalmente, só uma pessoa que vê uma acusação policial num fato que é público e notório é que pode inferir, como você faz, que eu acuso o Luiz Carlos Azedo de ser contra a Anistia Ampla, Geral e Irrestrita. Isto não está dito na matéria.

(Sérgio Allí)

APRESENTAMOS EM PRIMEIRA MÃO, OS VERDADEIROS DUROS DO REGIME:



Assine EM TEMPO:

Nome Profissão
 Idade Endereço
 Bairro Fone Cidade
 Estado CEP End. Comercial
 Horário Fone Estou enviando o cheque n°
 do Banco em nome da Editora Aparte S/A
 Rua Bernardo Guimarães, 1884, Lourdes, Belo Horizonte MG, CEP 30 000 Em
 São Paulo, Rua Mathews Grou, 57, Pinheiros, São Paulo - (SP)
 CEP 05415, fone 853-6680

Anual: Cr\$ 800,00
 Semestral: Cr\$ 350,00

Exterior
 Anual: US\$ 90,00
 Semestral: US\$ 50,00



OPINIÃO

OPINIÃO é uma seção aberta a um vasto conjunto de lideranças oposicionistas que se situam ao lado dos trabalhadores na luta pelas liberdades democráticas. Sindicalistas, tanto de situação como de oposição, parlamentares, intelectuais, estudantes e representantes de outros setores estão aqui, toda semana, em rodízio, debatendo temas importantes para as oposições.

Jacob Bittar



Atos de exceção para os trabalhadores

No XV Encontro Nacional dos Trabalhadores das Indústrias de Petróleo e Petroquímica, após vários debates e discussões, resolvemos repudiar o ante-projeto de CLT do governo e, ao mesmo tempo, resolvemos também não oferecer alternativa alguma a este ante-projeto por entendermos que o sistema que aí está implantado, com decisões de cima para baixo, não apresenta brechas para a participação dos trabalhadores. O ante-projeto do governo não traz em si liberdades democráticas para os trabalhadores: mantém o princípio básico do sindicalismo atrelado, proíbe o direito de greve, não garante o emprego.

O ante-projeto garante todos os poderes aos patrões para exercer em punições aos trabalhadores através da alegação da justa causa ou mesmo através da não justa causa. Pois não havendo justa causa o patrão pode mandar o empregado embora, despedi-lo, puni-lo portanto, sujeito apenas a uma ridícula multa.

O que já havia na antiga CLT, e que é mantido na nova para o nosso espanto é que, ao patrão é dado aplicar um artigo de lei declarando o trabalhador culpado, despedindo-o até que se prove o contrário. Isto é um absurdo, pois o princípio de lei é que todo mundo é inocente até que se prove o contrário. Aqui, no caso do empregado ser mandado embora, inverte-se o princípio legal.

É por esta dentre outras que não acreditamos em abertura para os trabalhadores. E por esta mesma razão é que não oferecemos alternativas ao ante-projeto do governo. Estão aí o decreto-lei 1632 proibindo as greves, as intervenções nos sindicatos e a própria anistia que não atinge a classe trabalhadora uma vez que os "atos de exceção" da antiga CLT continuam dentro do

novo ante-projeto. Anistia para os trabalhadores é garantia de emprego, direito de greve, autonomia e liberdade sindical etc.

O que fazer com o PT?

É neste sentido que vem a necessidade e oportunidade do Partido dos Trabalhadores. No entanto o partido tem encontrado algumas resistências mesmo entre pessoas bem intencionadas, com propostas sérias para a classe trabalhadora. Não que o partido venha dividir a classe, não se trata disto. O que temos notado é um clima elitista, burguês mesmo diria eu, na medida em que predomina a idéia de que um partido só se cria com políticos profissionais. Quando uma proposta partidária não é uma corrida para a formação rápida de uma agremiação — e é o caso do PT que é muito mais uma discussão sobre a necessidade de um partido — ela é logo queimada, pois não serve para manobras de políticos eleitóreiros.

Por estas reações é que hoje se aplica à questão do PT a estratégia que diz às vezes ser preferível dar um passo atrás para depois avançar. Cabe não precipitar acontecimentos ou fatos para que estas barreiras não se avolumem mas, pelo contrário, sejam desfeitas.

De resto, nunca é demais lembrar, momentos oportunos à classe trabalhadora não os encontra no sistema capitalista, mas sim os cria. É o que a prática sempre demonstrou. A classe não depende de leis para avançar e sim ela mesma faz as leis de que precisa através da conscientização e mobilização modificando a legislação a seu favor.

Jacob Bittar é Presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Petróleo de Campinas.

Alex Polari



Bode expiatório na anistia

Há muitas confusões atualmente em torno do problema dos presos políticos e da anistia. O que se vê nos noticiários da grande imprensa, nos seus editoriais, é que os presos políticos são realmente o grande óbice, principalmente aqueles que participaram da ação armada, para a realização da anistia. Unilateralizar isto demais tanto como esquecê-lo é algo incorreto.

Por um lado, há determinadas consequências da anistia que são, do ponto de vista do sistema, muito mais intragáveis, como por exemplo a volta de determinadas lideranças populistas. De outro lado, a gente também entra aí com um papel, a gente serve de pretexto para todo um conjunto de coisas, porque dentro da definição desta ditadura temos uma certa importância. Quase como aquelas condecorações ideológicas. O centro de poder hoje é algo que está repleto do pessoal da chamada comunidade de informações — o pessoal que reprimiu a gente está todo aí, hoje, nos altos postos de comando. E toda aquela caracterização, todo aquele negócio da guerra revolucionária tem uma certa importância do ponto de vista ideológico para estes militares.

É uma situação complicada, nada fácil. Dependendo dos vários interesses, de como as coisas vão andando, ora pesa um lado, ora outro. E nós sempre entramos com "patos" deste negócio todo.

O que vai realmente alterar esta situação e definir de vez o problema é a mudança na correlação de forças que vai, se dar a partir do desenvolvimento desta luta popular e do tipo de projeto alternativo que vai surgir, à própria democracia burguesa.

Um exemplo das restrições em vigor é a nova Lei de Segurança Nacional. A atenuação dos artigos que dizem respeito à luta armada é óbvia. E isto porque não está se colocando de imediato para a esquerda brasileira nenhuma ação armada. Já as penas por filiação política, a propaganda e organização, foram até mesmo re-creadas.

O significado disto é que o aparelho repressivo passa por uma reformulação, espalhando mais a repressão, tornando sua abrangência maior.

Nossos erros na anistia

No período entre 67 e 73 a questão da anistia não se colocava — era o período da luta armada — devido à sustentação das táticas daquele momento em relação à luta pela democracia. A forma mais radical de oposição à ditadura militar estava vinculada a uma visão de derubada da ditadura e já para o socialismo. Em 74 dá-se a virada. E neste momento que vêm as eleições, a sociedade civil começa a se organizar, começa-se a veicular problemas como o da tortura. No começo, entramos ainda pior por algumas contradições discutindo se a luta pela anistia era correta ou não. Mas pouco a pouco fomos superando, a luta foi tomando um crescendo chegando até hoje.

Alex Polari é preso político no Rio de Janeiro tendo sido condenado sob acusação de participação no Movimento Revolucionário 8 de Outubro, MR-8.

João Paulo Vasconcellos



Brasil: que país é este?

Nada impedirá que, no ar que respiramos, sintamos o alimento que deu força aos gigantes desta terra, na luta pela liberdade. O pendularismo deixou de ser um movimento natural e oriundo da expressão da vontade popular, para se tornar, no jogo político, uma manobra ardilosa e torpe dos detentores do poder, iludindo o povo através de todos os instrumentos disponíveis. Os instrumentos mais eficazes se constituíram na implantação do analfabetismo, a ignorância e a despolitização que a ditadura utiliza, sob a inspiração de grande capital, como um dos fatores mais fortes de lucro e de capitalização, juntamente com a repressão e o terror, na tentativa de silenciar o povo.

Seguem mobilizando a Nação. O sentimento de luta pela libertação está no íntimo de cada brasileiro, no íntimo de cada trabalhador. O trabalhador não tem nada, nem pode lutar por seus direitos sem que desabem sobre ele as repressões do poder discricionário que sustenta a força sem contraste do capital. Mas a luta continua assim mesmo.

O regime político vigente no país imposto à força por uma minoria oligárquica a uma esmagadora maioria nada mais é do que a submissão da classe operária à miséria, negando-lhes os mais comensuráveis direitos humanos. Abriram as portas ao grande capital, ou melhor, ele abre o caminho corrompendo, deteriorando e violentando os valores humanos, instilando o individualismo e a ambição.

"Tricas, futricas e escuridades"

Até poucos anos atrás, as denúncias de corrupção no serviço público emocionavam e escandalizavam, dando cobertura até mesmo a empreendimentos políticos de caráter punitivo, como ocorreu há pouco mais de 15 anos. De 64 até hoje, pouco se produziu, em termos concretos, contra a corrupção, seja na formulação de mecanismos legais, seja em procedimentos administrativos eficientes para punir a malversação de dinheiros públicos. São quinze anos de arbítrio e de esmagamento de um povo. Na disputa surda pelo poder existem os bem sucedidos e os frustrados. E quem pode dizer com conhecimento de causa não somos nós do povo. Nunca tive acesso às "tricas, futricas e escuridades" do que ocorre no âmbito do poder. Quem denuncia é quem conhece, na profundidade, as mazelas existentes nesse submundo, como o general Hugo de Andrade Abreu. Ele escreveu: "No outro lado do poder — o lado de dentro — vamos encontrar, hoje, apenas um grupo oligárquico que a ele quer agarrar-se com unhas e dentes".

E, se tivesse mais de um grupo estaríamos obrigados à aceitação de uma escravização sem precedentes em nossa história, pois satisfazer aos interesses dominantes custa a miséria do trabalhador. O general nivela todos

dentro do mesmo padrão de comportamento. "tudo feito à margem da Nação, como se esta nada tivesse a ver com a escolha de seu dirigente máximo. Esta guerra de grupos até lembra as famosas guerras entre elementos da Máfia, reunidos sob o comando de um ou de outro de seus chefões". Realmente, não se pode excluir, no que diz respeito às intenções, quem quer que seja que participou e conestou a ação predatória dos últimos anos, e por razões óbvias ficou marginalizado.

Aos cidadãos comuns, o cárcere, aos vencidos frustrados, a liberdade

AOS VENCIDOS FRUSTRADOS, A LIBERDADE. O curioso é que depois de estonteantes revelações sobre a moralidade pública, todos estejam posando de inocentes ultrajados, desencadeando a sua fúria contra os denunciadores, passando a bracar nos palanques oficiais os denunciados. A violência desaba sempre contra cidadãos comuns, homens de fibra, que se lançam em tal empreitada, e por isso vão para o cárcere, são torturados e até assassinados. Mas os outros, talvez maldades arrependidas ou vencidos frustrados, continuam com as mesmas regalias que sempre tiveram, uma vez que não se aventuraram a denunciar toda a podridão e nem a chegar às últimas consequências, pelos caminhos legais. E se tiveram outra chance voltarão a "servir à pátria". Quem tem a proteção deferida pela elevada patente de general, em face do conhecer e poder comprovar fatos gravíssimos, deveria, em defesa de elevados interesses da Nação, levar à barra dos tribunais os que merecem a comparecerem como réus. Se não age assim é porque está interessado a passar, no caso dos fatos escabrosos, como gato sobre a brasa, e ficar no "laissez faire".

João Paulo Vasconcellos é representante do Sindicato dos Metalúrgicos de Monlevade na Federação mineira.



Fernando Henrique Cardoso



Separar alhos de bugalhos na anistia e nos partidos

Em geral o mês de julho é politicamente calmo. Recurso do Congresso e férias estudantis são suficientes para arrefecer o debate. Não se pode dizer que a regra tenha sido mantida: o debate está vivo e nas ruas.

Bom sinal. Estamos começando a sair do círculo de giz do Parlamento, graças à ação de uma imprensa mais livre, do movimento popular e da pressão social em geral.

Entre os temas predominantes, há dois que polarizam: a anistia e a reforma partidária.

O governo fez o que pôde para tomar conta da anistia. Mas o tiro saiu pela culatra. A reação da opinião mais esclarecida foi unânime e rápida. O projeto oficial só anistia amplamente quem nunca foi julgado: a repressão. Quanto aos que foram atingidos de fato pelo arbítrio desde 64, as restrições são inúmeras. Para começar, a mais gritante de todas! Inventaram a existência de uma figura nova na lei brasileira, a de "crimes de sangue". E quiseram desqualificar o debate chamando de "terroristas" os que empunharam armas.

Pelo mesmo critério, os revolucionários de 1922, 1924, 1932, Aragarças etc., deveriam ter sido sempre excluídos de qualquer anistia. O MDB deverá opor-se ao pro-

jeto governamental e apresentar um substitutivo que expresse a opinião democrática nacional. Para que isto ocorra com chances de êxito, será necessária enorme mobilização nacional. E esta, no momento, a tarefa prioritária dos que querem democratizar de verdade o Brasil.

Quanto à reforma partidária, está claro também o jogo governamental. Não se trata de abrir a possibilidade de criar novos partidos. Trata-se de garantir que no congresso sejam criadas novas legendas. Partidos sem sópo da discussão popular e sem enraizamento na sociedade. Tudo indica que depois de "resolvido" o caso da anistia, o governo proporá projetos de lei que quebrem, pela cúpula, o bi-partidarismo.

O fim do partido ônibus

A oposição mais consequente deverá denunciar a forma autoritária e elitista pela qual nascerão os novos partidos e, ao mesmo tempo, terá de fazer com que o feitiço se volte contra o terceiro.

Assim como o MDB foi criado pelo regime e se voltou contra ele, cabe agora tentar avançar na direção de transformar alguma legenda partidária em instrumento das lutas populares. A época do "partido-ônibus" onde quem quer entrar e sai quando quer, conforme as conveniências eleitorais, poderá terminar, pelo menos no partido da oposição popular efetiva.

Basta que se forme uma nova frente, sim, mas frente que una os movimentos populares com a oposição e não adesivismo e o fisiologismo com a oposição real, como está ocorrendo agora.

Não será talvez o partido dos sonhos de cada um mas poderá ser um caminho para que a política se faça com mais vitalidade e menos compromissos de ocasião.

Nada melhor para redefinir a oposição do que mostrar que os passos democráticos para serem dados com firmeza dependem de um programa social, econômico que separe alhos de bugalhos. Se os núcleos mais combativos da oposição se unirem, ainda que mantendo suas restrições doutrinárias para influir na futura legenda oposicionista (ou para redefinir o que é a oposição no MDB se a reforma não vier) poderemos dar uma resposta política ao manobrista da reforma partidária acalentada pelo governo.

Fernando Henrique Cardoso é sociólogo e suplente de senador pelo MDB paulista.

Bônus contra o terrorismo

Compre este bônus e receba dividendos na forma da sobrevivência do EM TEMPO no firme combate pelo desmantelamento do aparato repressivo da ditadura.

O último atentado — ver página ao lado — nos causou prejuízos da ordem de Cr\$ 400.000,00.

Remeta qualquer quantia, na forma de cheque nominal a

Editora Aparte S/A, para a mesma, R. Matheus Grou 57, Pinheiros, São Paulo.



AGUARDE
MAR DE LAMA DO ENTREGUISMO
MOVIMENTO ESPECIAL
ANOS
 de vida independente de informação de combatividade

NICARÁGUA

Serão os sandinistas vitoriosos?

Será a Nicarágua uma nova Cuba? perguntam-se atemorizados nossos zelosos defensores do "mundo livre". Mas se a questão é preocupar-se com os destinos daquele país, os trabalhadores também poderiam se perguntar "será uma nova Bolívia"?

Em 1952 uma insurreição popular tendo à frente os operários das minas derrubou um regime oligárquico na Bolívia. Foram os trabalhadores que deram o sangue, mas o governo ficou nas mãos da nova burguesia do MNR de Paz Estensoro. As minas foram nacionalizadas e uma reforma agrária entregou pequenas propriedades a parcelas do campesinato. A economia do país se reergueu através de uma nova inserção no sistema imperialista. E quando os trabalhadores se levantaram contra a exploração a que voltaram a ser submetidos, o Exército Regular, que se havia reconstituído, aplicou de novo a receita tradicional da burguesia: golpe e repressão.

Já em Cuba a luta contra a tirania levou ao poder um Exército Rebelde que se forjara fundido com o campesinato. O Exército e o aparato de Estado de Batista foram aniquilados. O programa do 26 de Julho limita-

va-se à derubada da ditadura e à reforma agrária. Mas apoiava-se num povo em armas. Assim, quando os imperialistas reagiram à reforma agrária e ameaçaram Fidel para que moderasse seu programa ou "aguentasse as consequências", a resposta veio pronta: nacionalização das empresas imperialistas. Quando veio a invasão um povo inteiro a desbaratou em algumas horas. E o povo optou pelo socialismo.

O campo de batalha e a mesa de negociações

A história certamente não se repete — as condições internacionais tanto quanto as internas são outras — e a Nicarágua não será nem exatamente como Cuba nem exatamente como a Bolívia. Mas não há dúvida que esses 2 casos extremos de governos saídos de insurreição popular na América Latina servem de referência para a compreensão das alternativas em jogo no país de Augusto Sandino.

É claro que um fator chave para a conformação da nova face do país está sendo decidido agora no campo de batalha. Quem ocupará Manágua no dia que Somoza cair? O que restará da Guarda Nacional?



Perto da fronteira da Costa Rica, guerrilheiros sandinistas cobrem uma posição.

Enquanto crescem os boatos sobre a saída de Somoza do país e sobre tentativas de golpe com o apoio norte-americano por parte da guarda nacional para substituir o atual governo, os sandinistas conseguem avançar um pouco mais até Manágua. A questão que agora se coloca é se o exército sandinista que representa o povo em armas conseguirá caracterizar-se como vitorioso e impor seu programa ao novo governo.

Por Eder Sader

E nesse campo Somoza ainda presta um último serviço às classes dominantes: ele tenta produzir o máximo de desgaste militar nas forças sandinistas — que são os que combatem — e impedir uma vitória militar, para obrigar uma negociação na qual se salvem interesses fundamentais dos monopólios aos quais está ligado.

O problema pra eles é que os próprios experts do Departamento de Estado já concluíram que — no atual estado das coisas — esse serviço já se tornou extremamente perigoso. Prosseguindo a luta sem dar margem às soluções de compromisso já adiantados, Somoza favorece as condições para os enfrentamentos nos quais a Frente Sandinista se confunde com o povo em luta, radicaliza suas posições e isola outras alternativas. Correm o risco de ver entrar em Manágua os sandinistas vitoriosos.

A alternativa sandinista

É vendo isso que os americanos já procuram desesperadamente novos interlocutores e finalmente — que remédio? — admitiram negociar com os sandinistas. E já estão fazendo pressão, através dos setores burgueses vinculados à Frente como através dos governos que já a reconhecem, para que o "governo provisório" seja "re-equilibrado" com a inclusão de 5 personalidades mais conservadoras. O que já é querer ganhar na mesa de negociações o que estão perdendo no campo de batalha. E aliás já receberam a resposta à altura do próprio representante diplomático do governo provisório, o padre Descoto: "os Estados Unidos não podem dizer como deve-

mos formar o nosso governo" adicionando que "estamos fartos dos Estados Unidos, entendeu, fartos!".

Quando se pergunta acerca do modelo de sociedade que deve suceder à ditadura somozista tem sido comum ouvirmos de dirigentes sandinistas a resposta de que o socialismo não está na ordem do dia porque a primeira tarefa consiste na reconstrução nacional. É muito provável que a ambiguidade e venha do interesse de não romper hoje a unidade das forças democráticas no país. Mas se digamos que a resposta é ambígua é porque evidentemente a "reconstrução nacional" não é uma tarefa neutra. Existem muitas vias de reconstrução. Pode-se fazê-lo como o recurso do capital estrangeiro por exemplo e o estímulo à propriedade privada, e pode-se também fazê-lo através de uma planificação central sob controle democrático e o estímulo à mobilização popular.

Também não se trata de hoje entrarmos a discutir as particularidades de um programa de governo. Não é isso o fundamental. Em Cuba o fundamental foi a consolidação do Exército Rebelde como expressão do povo em armas, no lugar do exército de Batista. A partir daí e a disposição elementar de responder às aspirações das massas, sem compromissos com a oligarquia, o processo revolucionário se afirmou.

Daí que o programa mínimo dos sandinistas — a mais ampla liberdade política, liquidação da Guarda Nacional, expropriação dos bens dos Somoza, nacionalização dos recursos naturais, controle de preços, etc. — aparece



Soldado da Guarda Nacional, recrutado antes de atingir a maioridade.

como uma boa base. Mas o fundamental será a dinâmica na qual entrem para tentar aplicá-lo. Se a via escolhida for a da negociação e colaboração com a burguesia, certamente esse próprio programa se desfigurará, diluído no tempo. A reconstrução nacional se fará com o

fácil apoio de capitais estrangeiros mas com o sacrifício das massas que derrubaram a ditadura. Se a via for a da mobilização das energias populares para enfrentar as desigualdades que virão, apoiados nessa força, a reconstrução ganhará um outro perfil.

FRANÇA

Desde os seus primeiros dias, o ano de 1979 significou para o governo francês o fim do período de "paz social" tão desejado depois da derrota da esquerda em março de 1978.

Vários conflitos surgiram nos mais diferentes setores: companhias de seguros, rádio e televisão, correios, transportes ferroviários e principalmente na siderurgia.

O governo Giscard-Barre aproveitou a situação criada pela divisão PS/PC (e das respectivas centrais sindicais) para acelerar seu plano de reestruturação econômica que entre outras medidas incluía a "eliminação" dos setores considerados menos rentáveis. Foram assim fechadas várias fábricas no setor têxtil e nos estaleiros navais principalmente. Como tais setores estão altamente concentrados em certas regiões estas tendem a se transformar em "cidades mortas" pois os trabalhadores têm necessariamente que se deslocar para outro setor e outra região. Entre esses os trabalhadores estrangeiros são os mais atingidos e diversas medidas têm sido tomadas no sentido de obrigá-los a retornar ao seu país de origem.

Ao mesmo tempo o governo tenta solapar várias conquistas que a classe operária conquistou em anos de luta. Assim, a progressão salarial foi a mais baixa nesses últimos dez anos. O sistema de previdência social está sendo colocado em causa.

As manifestações fogem ao controle dos sindicatos

Tudo começou com o anúncio do governo no fim do ano da supressão de 20.000 empregos no setor siderúrgico da região de Lorena. Entre 1972 e 1978 já haviam sido suprimidos 30.000 empregos no mesmo setor sem maiores reações por parte dos operários e de suas direções sindicais que tinham em vista os períodos eleitorais onde era preciso evitar climas de turbulência social. O governo pensava poder novamente colocar em prática seu plano anti- crise sem levantar maiores resistências operárias. Mas apesar do inverno rigoroso o clima social começou a esquentar desmentindo a lógica governamental. Os trabalhadores reagiram e dessa vez as direções sindicais tiveram que "correr atrás" pois as ações impetadas transbordaram os aparelhos sindicais.

A resposta veio forte e violenta. A 21 de janeiro decretou-se a primei-

ra greve geral de toda a região de Lorena. Até mesmo os trabalhadores considerados "conservadores" (pequeno comércio, pequena indústria e profissionais liberais) associaram-se aos grevistas. Em Longwy, cidade de 30.000 habitantes, 20.000 manifestantes foram para as ruas. Até mesmo as explosões de violência nessa cidade — como o ataque à uma delegacia de polícia — contaram com a receptividade e apoio da maioria dos habitantes. De início, a Confederação Geral do Trabalho controlada pelos comunistas retomou o velho

As novas lutas operárias

Por Lucia Maria, de Paris

Diante da ofensiva dos patrões e do governo para resolver a crise econômica pela recessão e o desemprego, os trabalhadores franceses vêm dando mostras de uma renovada combatividade. Eles exigem, como os demais trabalhadores europeus, a semana de 35 horas de trabalho sem redução dos salários.

jargão chamando os "extremistas" de "provocadores", "elementos estranhos à classe operária" etc. Mas como a "violência" se tornou corriquei-

ra a CGT precisou mudar sua linguagem, adotando frases semi-feitas do tipo: "essa é uma violência compreendida e aceita pelo conjunto de trabalhadores".

Esse movimento, não enquadrado pelos velhos esquemas sindicais ou partidários (o PC se encontra bem implantado em Lorena e tem a prefeitura de Longwy) vai se estender a outras regiões. A 16 de fevereiro, a greve nacional da siderurgia transforma-se em greve geral nas regiões do Norte e das Ardenas, zonas proximamente atingidas pelas medidas de supressão dos empregos. Nesse mesmo dia, Longwy amanheceu ocupada pelos militantes sindicais: foram instaladas barreiras em todas as vias de acesso à cidade e vários serviços públicos como o correio por exemplo foram ocupados. Além disso os sindicalistas da CFDT instalaram uma rádio-pirata: rádio SOS-Emprego. Uma semana depois a televisão também foi ocupada. Os sindicalistas passaram a transmitir filmes e debates ao vivo sobre as manifestações. A polícia intervém e a população sai às ruas para cercar os policiais. Os dirigentes sindicais tentam inutilmente restabelecer a ordem. Os policiais ficam cercados durante dois dias e somente a intervenção de um deputado do PC — que negocia diretamente com o chefe de polícia — consegue restabelecer a calma na cidade.

A fática sindical na siderurgia

Esse mesmo tipo de ação violenta vai se reproduzir no Norte e em De-nain onde a liquidação do setor siderúrgico é também oficializada. Os enfrentamentos entre policiais e manifestantes se sucedem a cada dia. Na impossibilidade de destruir as rádios-piratas a polícia passa a "queimar" as transmissões tornando-as inaudíveis. Outras rádios surgem. A combatividade dos trabalhadores ameaçados pelo desemprego e

pela asfixia econômica não diminuiu. Ao contrário, se estendia para outros setores levantando outros problemas, como o do monopólio do Estado sobre os meios de comunicação etc.

Se no âmbito nacional reina a divisão entre as Centrais Sindicais, em Longwy prevalece a unidade sindical. É sem dúvida uma experiência única na França. Durante as manifestações, enquanto a CFDT ocupava a agência de correios e telecomunicações, a CGT bloqueava as vias de acesso à cidade e a CGC (sindicato dos executivos) ocupava a embaixada francesa do Luxemburgo. Esse tipo de ação apareceu portanto como um símbolo da determinação dos trabalhadores que se contrapõe às declarações das direções nacionais dos sindicatos. As direções locais das lutas recusaram as decisões e orientações sindicais nacionais no sentido de "negociar" o desemprego. Se identificaram com a reivindicação do conjunto dos trabalhadores para o qual era inaceitável qualquer desemprego.

A nível nacional embora a atitude de negociação com o governo fosse convergente cada central sindical se exprime com uma linguagem diferente.

A CGT e o PCF foram os defensores do pior chauvinismo: defesa do potencial siderúrgico nacional que em última instância significava uma oposição à iniciativa de união com outros trabalhadores vizinhos (belgas, alemães, luxemburgueses) que se encontram na mesma situação ou resistem no setor há vários anos (como os trabalhadores da siderurgia alemã). Com essa política o PCF e a CGT acabaram entrando na lógica da divisão que o governo introduz no interior da classe operária entre trabalhadores franceses e trabalhadores estrangeiros.

Já a CFDT aceitava a diminuição de empregos na siderurgia em nome do realismo econômico e da situação de crise da economia mundial.

Mas os trabalhadores, independentemente das direções nacionais, tem um conjunto coerente de reivindicações: redução do tempo de trabalho para 35 horas semanais (atualmente a média é de 41 horas) sem redução de salário e a criação de uma 5.a equipe de trabalho rotativo sobretudo para os operários que trabalham junto a fornos de temperaturas elevadas. Tais medidas fariam

com que fossem criados e não reduzidos os empregos, além de permitir diminuir a produção. Por outro lado, a exigência crescente de solidariedade entre os trabalhadores europeus ameaçados pelo mesmo mal levou à criação de um "comitê das três fronteiras" reunindo os países mais próximos geograficamente e que vivem uma crise da siderurgia: França, Bélgica e Luxemburgo.

A dificuldade para uma coordenação nacional das lutas

A Siderurgia ofereceu, assim, um ponto de partida para a extensão das lutas sociais. Elas se desenvolvem fundamentalmente da luta pela defesa dos empregos e pela redução do tempo de trabalho (sem perda de salário) a fim de dividir o trabalho entre todos e compartilhar as inovações tecnológicas num sentido favorável aos trabalhadores.

Não obstante, uma coordenação dessas lutas, no plano nacional aparece cada vez mais prejudicada pelas próprias centrais sindicais. Uma greve geral nacional é considerada pelas direções sindicais como uma proposta "aventureira". Elas tentam mostrar que a crise econômica é longa e profunda e que os sindicatos devem participar junto ao Estado e ao patronato da elaboração de uma nova estratégia econômica. Elas admitem apenas organizar ações esporádicas de grande efeito publicitário, como foi o caso da manifestação de 23 de março, organizada setorialmente pela CGT, quando as demais organizações sindicais não foram chamadas a participar. Em várias cidades o número dos que desejariam participar ficou reduzido pelo menos colocados à disposição como por exemplo o caso de uma cidade de 8.500 habitantes onde foi colocado apenas um ônibus para transportar os manifestantes até Paris. Por outro lado, nunca o governo esteve tão fraco. A aproximação das eleições presidenciais de 1981 faz com que os gaullistas se desolidarizem cada vez mais com a política apregoada por Giscard e Barre. E as interrogações crescentes que o movimento operário levanta atualmente pelas suas lutas estão longe de desmover o jogo eleitoral em que o PS ou PC estão atolados. Estaríamos assim diante do terceiro escrutínio legislativo?



